

Empresas Transnacionais, Investimentos Diretos Estrangeiros e Exportações na Economia Brasileira na Década de noventa.

Antônio Corrêa de Lacerda¹

Resumo

O artigo analisa os fluxos de investimento direto estrangeiro e o desempenho das exportações brasileiras na década de 1990. Nas décadas de oitenta e noventa houve uma extraordinária expansão dos fluxos de investimentos diretos estrangeiros, assim como das exportações em nível mundial, processo que afetou os países em desenvolvimento e o Brasil. No caso brasileiro, a abertura comercial e financeira e a privatização foram aspectos determinantes do processo. Nesse sentido, são analisados os fluxos de investimentos diretos estrangeiros para a economia brasileira e a sua relação com o padrão de comércio externo, verificando as oportunidades e riscos inerentes, especialmente no tocante às transações intrafima.

Abstract

This article analyses the foreign direct investment evolution and the performance of the Brazilian exports in the 1990's.

In the decade of 1980 and 1990 the flow of foreign direct investment has had an outstanding expansion, as well as the exports in a world-wide level. This process has affected the emerging countries and Brazil.

In the Brazilian case, the liberalization of foreign trade, the opening of the financial system and privatization has been remarkable in this process.

In this way, the foreign direct investment inflows in the Brazilian Economy and its relation with the pattern of the external trade are analysed, verifying the inherent chances and risks, especially regarding the intra-company transactions.

Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar os fluxos de investimento direto estrangeiro e o desempenho das exportações brasileiras na década de 1990. Ao longo das décadas de oitenta e noventa houve uma extraordinária expansão dos fluxos de investimentos diretos estrangeiros, assim como das exportações em nível mundial, no bojo do processo da

¹ Doutor em Economia pelo IE/UNICAMP, professor-doutor do Departamento de Economia da PUC-SP e presidente da SOBEET - Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica. E mail do autor aclacerda@pucsp.br

globalização econômica. Também no que se refere aos países em desenvolvimento estes fatores se fizeram presentes.

Dessa forma, na primeira seção, analisam-se as origens históricas e as características dos fluxos de investimentos diretos estrangeiros ingressantes na economia brasileira. Após um breve interregno na década de oitenta quando o Brasil esteve fora dos destinos dos investimentos externos, os anos noventa representaram um forte avanço do ingresso de empresas transnacionais na economia brasileira.

O papel do investimento estrangeiro na privatização brasileira é o tema da seção dois, que detalha a participação segundo país investidor em cada uma das fases do PND (Programa Nacional de Desestatização). Estes investimentos direcionados aos setores de infra-estrutura provocariam uma retomada da discussão na questão da desnacionalização de setores estratégicos da economia brasileira, assim como os seus impactos.

A seção três enfoca as evidências do Censo de Capitais Estrangeiros. A partir de uma análise detalhada dos dados primários do Banco Central do Brasil, as características do novo ciclo de IDE pode ser avaliado segundo os seus principais impactos. A análise dos fluxos segundo país de origem e setor de destino permite avaliar os impactos macroeconômicos dessa transformação, assim como a sua relação com o padrão de comércio exterior a partir daí.

Dando continuidade, a quarta seção trata da questão da participação das exportações brasileiras no mercado mundial, assim como as características da sua estrutura e composição. A economia brasileira não conseguiu aproveitar as oportunidades oriundas da extraordinária expansão dos volumes de comércio internacional ao longo da década de noventa.

A participação do Brasil nas exportações mundiais caiu no período, fruto não só do baixo dinamismo da pauta de produtos e volumes exportados, mas também de desvantagens competitivas e ausência de um projeto mais agressivo de promoção comercial.

Assim, na seção cinco, analisa-se a participação das empresas transnacionais no Brasil, especialmente no que se refere ao padrão do comércio exterior, tanto para exportações quanto importações. Dá-se um destaque para a questão das relações intrafirma no processo e de que forma essa estrutura se apresenta intersetorialmente.

Esse ponto visa verificar se a influências das empresas transnacionais no Brasil e suas relações com o padrão do comércio exterior tem se dado da mesma forma como o observado em outros países em desenvolvimento.

Avalia-se, nesse sentido, na sexta seção, os impactos da nova política cambial brasileira adotada a partir de 1999 sobre o comportamento e característica dos fluxos de investimentos diretos estrangeiros e sua relação com o comércio exterior, especialmente no que se refere às exportações.

Como a questão do câmbio foi identificada como um dos fatores que intensificaram a destinação prioritária dos investimentos voltados para o atendimento do mercado interno, a análise visa apontar elementos que permitam confirmar ou não a hipótese da mudança alocativa.

A questão principal é analisar se o estímulo cambial tem provocado uma propensão maior à exportação, a partir da nova realidade. Nesse sentido, são analisados os direcionamentos dos fluxos de IDE segundo setores de atividade de grande participação no total das exportações.

1.1. Investimentos diretos estrangeiros na economia brasileira: origens e fluxo recente

No século XIX, a partir de 1880, ocorreram os primeiros ingressos de investimento direto estrangeiro na economia brasileira. Inicialmente voltados para a indústria de transformação -farinha de trigo, calçados e fósforos -, os ingressos não foram expressivos, ao passo que se mostraram mais agressivos nos setores de transporte ferroviário e energia elétrica.²

Ao longo do século XX, a participação do investimento direto estrangeiro na economia brasileira pode ser dividida em três ciclos. No bojo do processo de substituição de importações, o pós-guerra (1946) marca o início do primeiro ciclo em que a atividade industrial brasileira ainda se dá de forma incipiente.

A partir daí, o investimento direto estrangeiro ingressou na economia brasileira associado ao modelo de substituição de importações e, ao longo das décadas de 50, 60 e 70, na indústria de bens duráveis, intermediários e de capital. No entanto, apesar desse

² Para um resgate histórico da participação dos investimentos diretos estrangeiros na economia brasileira, ver principalmente: Von Doellinger & Cavalcanti (1975); Fritsch & Franco (1991); Suzigan & Szmrecsanyi (1994); Hennings (1996); Lacerda (1998); Moraes (1999) E Gonçalves (1999).

longo histórico, somente a partir de 1969, os dados sobre os ingressos de investimento direto estrangeiro passaram a ser publicados regularmente.³

Em 1995, realizou-se o primeiro Censo do Capital Estrangeiro, iniciativa do Banco Central (BACEN, 1998), que visava um diagnóstico da presença do investimento direto estrangeiro, a partir de questionários respondidos pelas próprias empresas que realizam registro de suas operações no Departamento de Capitais Estrangeiros do Banco Central do Brasil (DECEC).⁴

Como critério definido, estipulou-se a obrigatoriedade de resposta às empresas que detinham participação direta ou indireta de não residentes em seu capital social, com no mínimo 10% das ações ou quotas com direito a voto, ou pelo menos 20% do capital total.

O Censo apurou que o estoque de investimentos diretos estrangeiros na economia brasileira atingiu o montante de US\$ 43 bilhões. Esse resultado foi obtido através da resposta de 6.322 empresas estrangeiras instaladas no Brasil e baseava-se no valor atualizado do seu patrimônio líquido. Desse total, 4902 empresas, equivalente a 77% do universo, detinham participação majoritariamente estrangeira.

O Brasil, que estivera ausente do mapa de investimentos externos ao longo da "década perdida" nos anos oitenta, reingressara na rota destes investimentos nos noventa, especialmente depois da implantação do Plano Real (1994). A queda da inflação, que era a última resistência dos investidores ao mercado brasileiro, veio consolidar o cenário receptivo às novas inversões, definido anteriormente pela abertura comercial, a redução das restrições de atuação setorial e a renegociação da dívida externa.

Mais tarde, as privatizações e o *boom* das fusões e aquisições também foram fatores determinantes, assim como a emergência do Mercosul. Essa combinação de fatores e a extraordinária expansão do fluxo internacional de capitais fizeram com que o montante destinado ao Brasil crescesse de pouco mais de US\$ 1 bilhão ao ano, no início da década, para US\$ 30 bilhões ao ano, recebidos na média de 1998-2000.

Em 2001, esse quadro começou a mudar, em razão do cenário internacional adverso, com a queda nas bolsas nos EUA, o desaquecimento da economia, agravado

³ Os dados sobre o ingresso de IDE no Brasil passaram a ser publicados regularmente no Boletim do Banco Central. A Lei 4131 prevê a realização periódica e regular do Censo de Capitais Estrangeiros no país, desde 1962. No entanto, o primeiro Censo somente foi realizado em 1995.

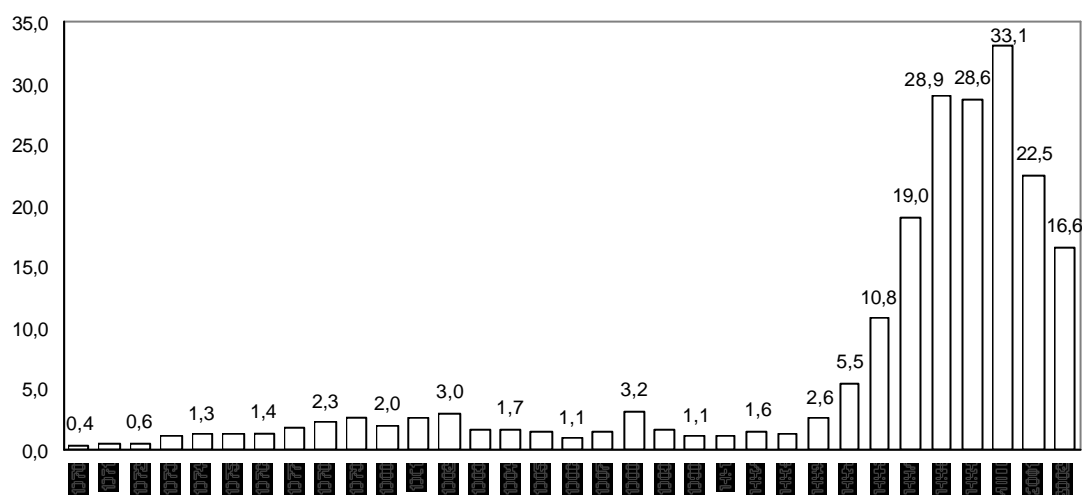
⁴ A legislação sobre a participação do capital estrangeiro sob a forma de investimentos diretos foi regulamentada pela Lei n. 4.131/62.

com os efeitos dos atentados terroristas de setembro e, posteriormente, com os escândalos nas fraudes dos balanços contábeis das grandes empresas.

Esse conjunto de acontecimentos fez com que houvesse uma retração de 50% dos fluxos de investimentos diretos estrangeiros globais. Essa retração foi de apenas 14% no caso dos países em desenvolvimento. No caso brasileiro, a crise energética e o esgotamento do ciclo de privatizações explicam a queda observada nos ingressos, de US\$ 33 bilhões em 2000, para US\$ 22,5 bilhões em 2001. (Gráfico 1.1.)

No entanto, apesar da queda verificada, o Brasil manteve-se, nesse ano, entre os quatro países em desenvolvimento que mais receberam inversões.

Gráfico 1.1. Evolução dos ingressos investimento direto estrangeiro bruto no Brasil 1970 – 2002 (US\$ bilhões)



Fonte: Elaboração própria, com dados do Banco Central do Brasil.

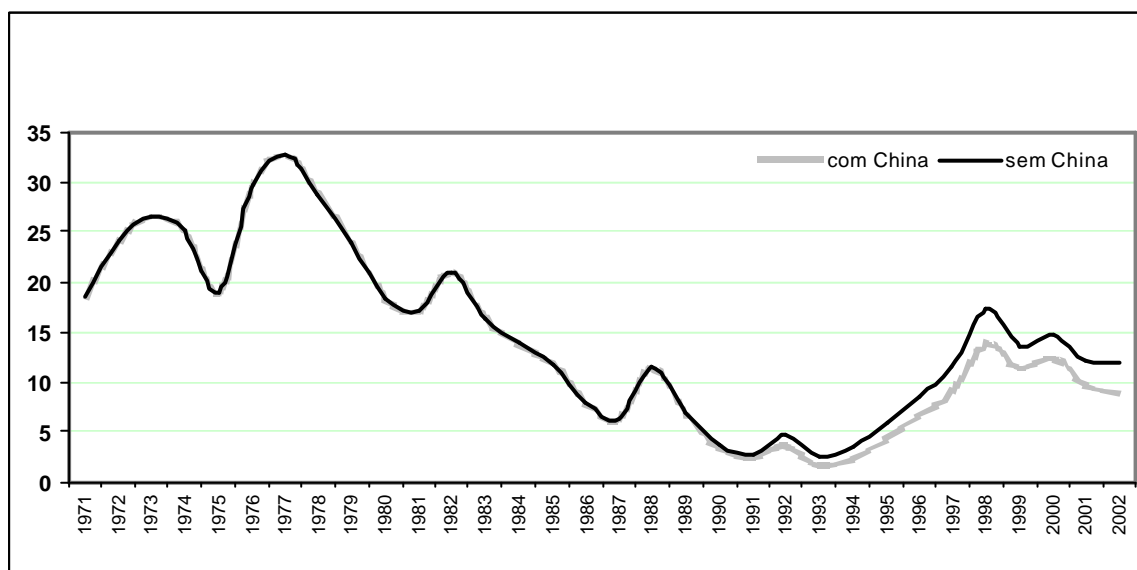
No que se refere à participação do Brasil nos fluxos mundiais de investimentos diretos estrangeiros destinados aos países em desenvolvimento, o que se observa é, que ao longo dos anos setenta, a economia brasileira representou entre cerca de 18 a 30% do total. Essa parcela caiu muito do final dos anos setenta e durante toda a década de oitenta, reduzindo-se a apenas 6,3% em 1987. Essa queda continuou no início dos anos noventa, em que atingiu o nível mais baixo de 2,5% e voltou a crescer significativamente a partir de 1994, tendo atingido o ápice em 1998 com 20,1% do total.

A partir daí houve uma nova redução a cada ano, até os 14,2 % de 2001. Embora seja interessante observar essa trajetória para a análise do *market share* da economia brasileira na disputa de atração de investimentos diretos estrangeiros, em relação aos demais países em desenvolvimento, é importante destacar que o valor absoluto dos montantes cresceu muito ao longo das duas últimas décadas.

Como destacado anteriormente, na segunda metade da década de noventa o Brasil somente foi superado pela China na absorção desses investimentos, o que demonstra que novos *players* se qualificaram para disputar os recursos, como países do leste europeu e mesmo outros latino-americanos, como o México e a Argentina.

(Gráfico 1.2)

Gráfico 1.2. Participação relativa do Brasil nos fluxos de investimento direto estrangeiro para os países em desenvolvimento (%) 1971-2002*



Fonte: Elaboração própria, com dados da UNCTAD (2002).

A reinserção da economia brasileira nos fluxos internacionais de investimentos destinados aos países em desenvolvimento a partir dos anos 1990 implicou um crescimento do grau de desnacionalização da maioria dos setores. Enquanto a participação das empresas de capital estrangeiro no faturamento das quinhentas maiores

empresas em operação no País representou uma média por volta de 30%, ao longo de toda a década de oitenta, essa participação foi crescente a partir de meados dos anos noventa, atingindo o total de 45,8% em 2001.⁵

Esse aumento da participação das empresas estrangeiras no faturamento se dá em detrimento principalmente da participação das empresas estatais no total das quinhentas maiores empresas. Nos anos oitenta, essa participação chegou a 33% do total, foi reduzindo-se ao longo dos anos, restringido-se a menos de 20% em 2001, já em decorrência das privatizações realizadas nos setores de infra-estrutura, com destaque para as telecomunicações.(Tabela 1.1)

Tabela 1.1. Distribuição do faturamento segundo a propriedade do capital* (%)

Período	Estrangeiras	Nacionais	Estatais
1979	34,5	34,2	31,3
1980	32,5	35,9	31,6
1981	31,2	35,2	33,6
1982	30,9	36,1	33,0
1983	29,7	39,1	31,2
1984	27,2	39,9	32,9
1985	28,5	40,7	30,8
1986	28,7	42,4	28,9
1987	31,7	41,0	28,3
1988	31,6	42,4	26,0
1989	30,8	44,0	25,2
1990	31,0	42,8	26,2
1991	31,0	42,4	26,6
1992	31,3	41,7	27,0
1993	35,0	40,2	24,8
1994	32,0	44,0	24,0
1995	33,3	43,6	23,1
1996	34,1	42,1	23,8
1997	36,3	40,4	23,3
1998	43,5	39,4	17,1
1999	44,7	37,7	17,6
2000	45,6	35,7	18,7
2001	45,8	34,5	19,7

Fonte: Elaboração própria com base em Revista Exame – Melhores e Maiores 2002. * Em relação às 500 maiores e às 50 maiores estatais

⁵ Ver Abril (2002) Revista Exame. Melhores e Maiores.

A questão dos impactos desse processo de desnacionalização acelerada da economia brasileira deu origem a um intenso debate ao longo da segunda metade dos anos noventa, no que se refere, principalmente, à internacionalização dos centros de decisão, efeitos sobre o balanço de pagamentos, níveis de emprego e geração de tecnologia local.

O fato desse processo estar associado a uma série de eventos simultâneos - privatização, desnacionalização, programa de estabilização com uso da âncora cambial, desvantagens competitivas e ainda a abertura comercial - fez com que tornasse difícil uma análise mais precisa dos fenômenos. Isso, no entanto, não impediu que uma série de trabalhos e estudos fossem publicados a respeito do assunto.⁶

1.2. A participação dos investimentos diretos estrangeiros na privatização

Outro ponto recorrente de discussão sobre o investimento direto estrangeiro no Brasil é quanto ao papel no processo de privatização. A exemplo do que ocorrera em outros países da América Latina, no Brasil o processo de privatização deu-se de uma forma associada à desnacionalização, muito em função da incipiência do mercado de capitais e do modelo de privatização adotado.

As privatizações realizadas nos âmbitos federal e estadual geraram um montante acumulado de receita de US\$ 87,2 bilhões, no período de 1991 a 2002, com significativa participação dos investidores estrangeiros. Os ingressos de investimentos diretos estrangeiros associados às privatizações que representaram em média cerca de 25% do total arrecadado, no período de 1996 a 1998, reduziram-se fortemente a partir de então, chegando a apenas 1,5% em 2002. (Tabela 1.2)

Tabela 1.2. Participação das privatizações no investimento direto estrangeiro no Brasil 1996 – Jan-Jul/2002 (US\$ Bilhões e %)

⁶ Ver principalmente Gonçalves (1999); Lacerda (org.) (2000), Laplane & Sarti (1997), entre outros.

Ano	IDE Total	Privatizações	Demais Privatizações/ID Investimentos	E Total
1996	10.496	2.645	7.851	25,2
1997	18.743	5.249	13.494	28,0
1998	28.480	6.121	22.360	21,5
1999	31.372	8.786	22.577	28,0
2000	33.403	7.051	26.352	21,1
2001	21.093	1.079	20.014	5,1
2002	18.936	280	18.656	1,5
Jan-Fev/03	1.278	0	1.278	0,0

Fonte: Elaboração própria com dados do Banco Central do Brasil

A participação estrangeira na privatização brasileira foi expressiva. Considerando-se o período de 1991, do início do processo de privatização até 2002, a participação do capital estrangeiro na privatização brasileira atingiu 48,3 % do total arrecadado.

No *ranking* dos principais investidores estrangeiros na privatização brasileira chama atenção o fato que dos investidores tradicionais na economia brasileira somente os Estados Unidos mantiveram uma postura agressiva, participando com 16,5% do total, consolidando sua liderança entre os principais investidores estrangeiros no Brasil.

Alemanha e Japão, responsáveis tradicionalmente pelo segundo e terceiro posto entre os maiores investidores quando se considera o estoque histórico acumulado, tiveram uma participação muito tímida na privatização, com 0,3% e 0,1 % respectivamente. ⁷

Em contrapartida, destaca-se a participação expressiva da Espanha e Portugal, especialmente nas áreas de telecomunicações e energia, ocupando respectivamente o segundo e terceiros postos, com 14,9% e 5,7% de participação no total dos ativos privatizados com relativo distanciamento em relação aos demais países. As demais posições foram pulverizadas com participações esporádicas de empresas italianas, inglesas, chilenas, holandesas, suecas, etc. (Tabela 1.3)

No que se refere especificamente aos espanhóis, a mesma postura agressiva observada no programa de privatização também ocorreu relativamente a fusões e

⁷ No caso alemão, o posicionamento estratégico na União Européia fez com que direcionassem seus esforços aos países do leste. Também cresceram ao longo dos anos noventa, os investimentos das empresas alemãs nos EUA, especialmente nas áreas de tecnologia da informação. Quanto ao Japão, a sua ausência, como investidor no mercado brasileiro nos anos noventa, certamente está associada à longa crise vivenciada pelo País.

aquisições de empresas e bancos, o que fez com que ampliassem significativamente sua participação no setor financeiro brasileiro.⁸

Tabela 1.3. Participação do investidor estrangeiro nas privatizações 1991 / 2002*

País	PND**		Estaduais		Telecomunicações		Total	
	US\$milhões	%	US\$milhões	%	US\$milhões	%	US\$milhões	%
EUA	4.318	15,1	6.024	21,6	3.692	12,8	14.034	16,5
Espanha	3.606	12,6	4.027	14,4	5.042	17,5	12.675	14,9
Portugal	1	0	658	2,4	4.224	14,7	4.882	5,7
Itália	-	-	143	0,6	2.479	8,6	2.621	3,1
Chile	-	-	1.006	3,6	-	-	1.006	1,2
Bélgica	880	3,1	-	-	-	-	880	1,0
Inglaterra	2	0	692	2,5	21	0,1	715	0,8
Canadá	21	0,1	-	-	671	2,5	692	0,8
Suécia	-	-	-	-	599	2,1	599	0,7
França	479	1,7	196	0,7	10	0	686	0,8
Holanda	5	0	410	1,5	-	-	415	0,5
Japão	8	0	-	-	256	0,9	264	0,3
Korea	-	-	-	-	265	0,9	265	0,3
Argentina	-	-	148	0,5	11	0	159	0,2
Alemanha	75	0,3	-	-	-	-	75	0,1
Uruguai	0	0	-	-	-	-	0	0
Outros	1.815	2,6	350	1,3	-	-	1.078	1,3
Part.Estrangeira	11.210	36,7	13.654	48,9	17.270	60,0	42.134	48,3
Total	30.480	100	27.949	100	28.793	100	87.222	100

* Até 24.04.2002 – não inclui o valor das dívidas transferidas

** Plano Nacional de Desestatização

Fonte: Elaboração própria, com dados do BNDES (2002)

www.bnades.gov.br/privatizacao/resultados/foreign.asp (acessado em 05.10.2002)

Do ponto de vista estratégico, a mudança de perfil das empresas no quadro das privatizações, assim como no de fusões e aquisições no Brasil, pode ser fator determinante para um reposicionamento da participação dos vários países no mercado brasileiro, uma vez que as novas empresas adquirentes possuem laços com fornecedores e parceiros dos seus países de origem. Assim, para aquelas empresas procedentes de países que não participaram da privatização, a manutenção e/ou ampliação de participação no mercado brasileiro tende a ficar mais difícil no novo cenário.

1.3. As evidências do Censo de Capitais Estrangeiros 2001 (ano base 2000).⁹

⁸ Aqui certamente se nota o fenômeno contrário ao observado em relação ao caso Alemão. A dificuldade encontrada pelos espanhóis e portugueses em expandir seus investimentos na Europa, mercado de escala proporcionalmente muito superior, os fez “redescobrir” a América Latina como destino das suas inversões.

A divulgação do segundo Censo do Capital Estrangeiro ano base 2000 permite, além de um diagnóstico atualizado da participação do investimento direto estrangeiro na economia brasileira, comparar os seus resultados com os do primeiro Censo, ano base 1995.

Os dados do Censo também permitem avaliar o desempenho do comércio exterior das empresas com participação estrangeira, em relação ao total das exportações e importações, em relação aos fluxos comerciais entre as empresas com participação estrangeira e suas controladas ou coligadas.

Um outro elemento de análise se refere à distribuição do capital social integralizado por não residentes segundo os ramos de atividade classificados de acordo com a CNAE/IBGE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas), além da distribuição espacial do capital integralizado por não residentes no Brasil, segundo regiões e unidades da federação.

Entre 1995 e 2000, o número de empresas informantes que se enquadravam na classificação definida cresceu de 6.322 para 11.404, uma elevação de 80%. Com relação às empresas com participação estrangeira majoritária o número elevou-se de 4.902 para 9.712, com um crescimento de 98%.

O indicador fundamental para a avaliação do processo de internacionalização da economia brasileira é o montante do estoque do capital social integralizado por não residentes. Em dólares correntes, o estoque de investimento direto estrangeiro acumulado cresceu de US\$ 41,7 bilhões em 1995 para US\$ 103 bilhões em 2000.¹⁰

(Tabela 1.4)

⁹ Todas as instituições receptoras de Investimento Direto Estrangeiro (IDE), as captadoras de créditos externos e as detentoras de participação estrangeira indireta no capital social responderam ao questionário do Censo. A obrigatoriedade de resposta das instituições receptoras de IDE deu-se por meio da avaliação da participação direta ou indireta de não residentes no capital social em 31 de dezembro de 2000.

O critério adotado no Censo ano base 2000, a exemplo do que ocorrera no anterior, foi a propriedade por não residentes de 10% ou mais das ações ordinárias com direito a voto ou 20% de participação direta ou indireta no capital total da empresa.

Definiram-se, como não residentes, todas as entidades (multilaterais, governamentais ou privadas) com sede ou domicílio no exterior.

¹⁰ Destaque-se o efeito da desvalorização cambial nesse montante, uma vez que, em Reais correntes, o estoque de investimentos diretos estrangeiros cresceu de R\$ 40,5 bilhões para R\$ 201,4 bilhões.

Tabela 1.4. Número de empresas com participação estrangeira no capital e estoque de IDE. (US\$ e R\$ milhões e %). 31.12.1995 e 31.12.2000.

	1995	2000	Var. %
Empresas com participação estrangeira	6.322	11.404	80,4
Empresas com participação estrangeira majoritária	4.902	9.712	98,1
% de empresas estrangeiras com participação majoritária	77,5	85,2	-
Capital Social Integralizado por Não Residentes (US\$)	41.696	103.015	147,1
Capital Social Integralizado por Não Residentes (R\$)	40.549	201.435	396,8
Taxa nominal de câmbio ao final de cada período	0,97	1,96	101,1

Fonte: Elaboração própria com dados do Banco Central do Brasil (2002)

Observa-se que o total do capital social integralizado por não residentes, conceito que corresponde ao estoque de investimentos diretos estrangeiros ao final de cada período avaliado, expande-se 147% entre 1995 e 2000 em valores medidos em dólares correntes.

No que se refere ao estoque de IDE segundo países investidores, a evolução denota a influência do processo de privatizações. Em 2000, os EUA ainda se mantêm como principal grupo de não residentes detentores de ativos produtivos na economia brasileira. No entanto, no que se refere à participação dos demais, chama a atenção, especialmente, Espanha e Portugal, pelos fatores já apontados.

Se em 1995, ambos os países conjuntamente sequer somavam 1% do total do estoque de IDE, em 2000 a Espanha já detinha 12% desse estoque, sendo o segundo maior inversor no país. Portugal, por sua vez, respondia por 4,4% do total de US\$ 103 bilhões de capital integralizado por não residentes em 2000. O detalhamento dos fluxos observados no período 2001 e 2002 indica a manutenção da posição de liderança dos EUA e o crescimento da participação da Holanda, que atinge 13,1% dos fluxos nos dois anos citados, acima dos 10,7% do estoque detido em 2000. ¹¹(Tabela 1.5)

Tabela 1.5. Investimento direto estrangeiro no Brasil por país de origem 1995 - 2002 (US\$ milhões e %)

¹¹ Um fator que tem intensificado os investimentos de origem holandesa é que muitas empresas de outras origens de capital têm realizado suas inversões a partir de suas filiais lá instaladas, aproveitando vantagens fiscais. Além disso, as empresas holandesas ampliaram sua participação no mercado brasileiro, especialmente nas áreas supermercadista e financeira.

País	Dez.1995		Dez. 2000		2001		2002		2001-2002	
	Estoque	%	Estoque	%	Fluxos	%	Fluxos	%	Somatória Fluxos	%
Estados Unidos	10.852	26,0	24.500	23,8	4.531	21,4	2.614	13,9	7.145	17,9
Espanha	251	0,6	12.253	11,9	2.763	13,0	587	3,1	3.350	8,4
Holanda	1.546	3,7	11.055	10,7	1.897	8,9	3.348	17,9	5.245	13,1
França	2.031	4,9	6.931	6,7	1.908	9,0	1.815	9,7	3.723	9,3
Portugal	107	0,3	4.512	4,4	1.703	8,0	1.019	5,4	2.722	6,8
Reino Unido	1.863	4,5	1.488	1,4	407	1,9	475	2,5	882	2,2
Alemanha	5.828	14,0	5.110	5,0	1.047	4,9	628	3,3	1.675	4,2
Bélgica	558	1,3	657	0,6	112	0,5	34	0,2	146	0,4
Itália	1.259	3,0	2.507	2,4	278	1,3	473	2,5	751	1,9
Japão	2.659	6,4	2.468	2,4	825	3,9	504	2,7	1.329	3,3
Suécia	567	1,4	1.578	1,5	54	0,3	205	1,1	259	0,6
Canadá	1.819	4,4	2.028	2,0	448	2,1	989	5,3	1.437	3,6
Suíça	2.815	6,8	2.252	2,2	179	0,8	347	1,9	526	1,3
Argentina	394	0,9	758	0,7	-	-	-	-	-	-
Paraísos Fiscais*	4.186	10,0	13.502	13,1	3.537	16,7	4.095	21,8	7.632	19,1
Outros Países	4.962	11,9	11.415	11,1	1.521	7,2	1.621	8,6	3.142	7,9
Total	41.696	100,0	103.015	100,0	21.210	100,0	18.754	100,0	39.964	100,0

*Paraísos Fiscais: Antígua e Barbuda, Antilhas Holandesas, Aruba, Ilhas Bahamas, Ilhas Bahrein, Barbados, Bermudas, Ilhas do Canal, Ilhas Caymann, Panamá, Ilhas Virgens Britânicas

Fonte: Elaboração própria, com dados do BACEN.

No que se refere aos setores de destino dos investimentos diretos estrangeiros, observa-se uma predominância do setor terciário, em detrimento do setor indústria. O setor indústria, ainda que detenha em volume um estoque de IDE, em fins de 2000, superior ao verificado em dezembro de 1995, teve a sua parcela no total reduzida a pouco mais da metade entre os dois períodos. Os serviços mais que dobraram a sua participação no total do estoque de IDE no período analisado.

Considerando-se o estoque de IDE acumulado até o ano de 1995, os investimentos diretos estrangeiros direcionados ao setor de serviços representavam 30,9% do total. Já no ano 2000, o setor terciário teve a sua parcela aumentada para 64% do total, também influenciada pela privatização em setores de infra-estrutura ocorrida no período. (Tabela 1.6.)

Tabela 1.6. Investimentos diretos distribuição por atividade econômica de aplicação dos recursos - 1995 – 2002 (US\$ Milhões e %)

Discriminação	Dez. 1995		Dez. 2000		2001		2002		2001-2002	
	Estoque	%	Estoque	%	Fluxo	%	Fluxo	%	Somatória Fluxos	%
Agricultura, pecuária e extrativa mineral	925	2,2	2.401,1	2,3	1.500	7,1	638	3,4	2.138	5,3
Extracção petróleo	72	0,2	1.022,5	1,0	1.360	6,4	508	2,7	1.868	4,7
Outros	853	2,0	1.378,6	1,3	140	0,7	129	0,7	269	0,7
Indústria	27.907	66,9	34.725,6	33,7	6.933	32,7	7.617	40,6	14.550	36,4
Automotivo	4.838	11,6	6.351,4	6,2	1.556	7,3	1.819	9,7	3.375	8,4
Produtos químicos	5.331	12,8	6.042,7	5,9	1.528	7,2	1.573	8,4	3.101	7,8
Produtos alimentícios e bebidas	2.828	6,8	4.618,7	4,5	560	2,6	1.873	10,0	2.433	6,1
Material eletrônico e equipamentos	785	1,9	2.169,2	2,1	1.174	5,5	544	2,9	1.718	4,3
Produtos minerais não-metálicos	854	2,0	1.170,3	1,1	127	0,6	124	0,7	251	0,6
Máquinas escritório e equip. informática	458	1,1	281,3	0,3	16	0,1	95	0,5	111	0,3
Máquinas e equipamentos	2.354	5,6	3.324,4	3,2	323	1,5	391	2,1	714	1,8
Artigos de borracha e plástico	1.539	3,7	1.781,9	1,7	162	0,8	183	1,0	345	0,9
Máquinas e aparelhos elétricos	1.101	2,6	990,3	1,0	310	1,5	372	2,0	682	1,7
Produtos do fumo	715	1,7	723,8	0,7	4	0,0	-	-	4	0,0
Metalurgia básica	3.005	7,2	2.513,4	2,4	428	2,0	139	0,7	567	1,4
Outros	4.100	9,8	4.758,3	4,6	745	3,5	504	2,7	1.249	3,1
Serviços	12.864	30,9	65.887,8	64,0	12.687	59,8	10.498	56,0	23.185	58,0
Serviços prestados a empresas	4.952	11,9	11.018,5	10,7	789	3,7	791	4,2	1.580	4,0
Telecomunicações	399	1,0	18.761,5	18,2	4.198	19,8	4.166	22,2	8.364	20,9
Energia elétrica e gás	0	0,0	7.116,4	6,9	1.443	6,8	1.534	8,2	2.977	7,4
Intermediação financeira	1.638	3,9	10.671,3	10,4	2.194	10,3	1.206	6,4	3.400	8,5
Atividades de informática	115	0,3	2.542,9	2,5	711	3,4	225	1,2	936	2,3
Construção	203	0,5	415,6	0,4	254	1,2	134	0,7	388	1,0
Comércio Total	2.886	6,9	10.240,1	9,9	2.188	10,3	1.504	8,0	3.692	9,2
Atividades recreativas, culturais e desportivas	15	0,0	353,5	0,3	64	0,3	-	-	64	0,2
Outros	2.655	6,4	4.768,0	4,6	846	4,0	938	5,0	1.784	4,5
Total	41.696	100	103.014,5	100,0	21.210	100	18.753	100	39.963	100

Fonte: Elaboração própria, com dados da FIRCE / CONAP.

Essa predominância dos investimentos estrangeiros no setor de serviços¹² e nos destinados ao setor industrial voltados primordialmente para o mercado interno, revela uma reestruturação significativa da produção brasileira. O IDE destinado ao Brasil concentrou-se basicamente em setores *non tradeables*, fazendo com que do ponto de vista do impacto no Balanço de Pagamentos, essas atividades demandem remessas de lucros e dividendos, sem geração de receita adicional exportadora.

Ressalta-se, no entanto, que essa visão representa uma abordagem estática do processo, uma vez que a competitividade global da economia também é influenciada pela reestruturação do setor *non tradeable*. Na verdade, tendo em vista o paradigma da reestruturação produtiva, com a terceirização e realocação de atividades, há uma crescente ligação, de forma que o setor *non tradeable* é fornecedor de produtos e serviços ao setor *tradeable*, o que tende a gerar ganhos de produtividade e aumento da competitividade

¹² Vale destacar uma dificuldade presente nessa classificação setorial dos investimentos, que são os investimentos destinados às empresas *holdings*, equivalentes a cerca de 20% do total. Embora estes estejam corretamente classificados como serviços, muitas vezes estes investimentos acabam sendo direcionados às unidades produtivas da *holding*, o que distorce um pouco a análise. A partir de 1999, o BACEN passou a divulgar esses recursos segundo os setores para os quais foram repassados. Isso explica a queda de participação do item “serviços prestados a empresas”, de 26,7% em 1998 para 12,1% em 1999 e apenas 2,7% em 2000.

dos produtos no mercado internacional. Isso certamente é um ponto ainda não suficientemente explorado nas análises.¹³

No que tange à distribuição geográfica do investimento direto estrangeiro, observa-se uma correlação previsível entre a sua localização e os graus de concentração da riqueza nas diversas regiões do Brasil.

Assim, observa-se que, ao longo da segunda metade da década de noventa, não houve movimentos no sentido de redistribuição espacial dos ativos. Tanto em fins de 1995 quanto no final de 2000, a região Sudeste detém aproximadamente 87% do estoque de IDE. A região Sul detém cerca de 7,5% em ambos os finais de período.¹⁴

1.4. A participação das exportações brasileiras no mercado mundial

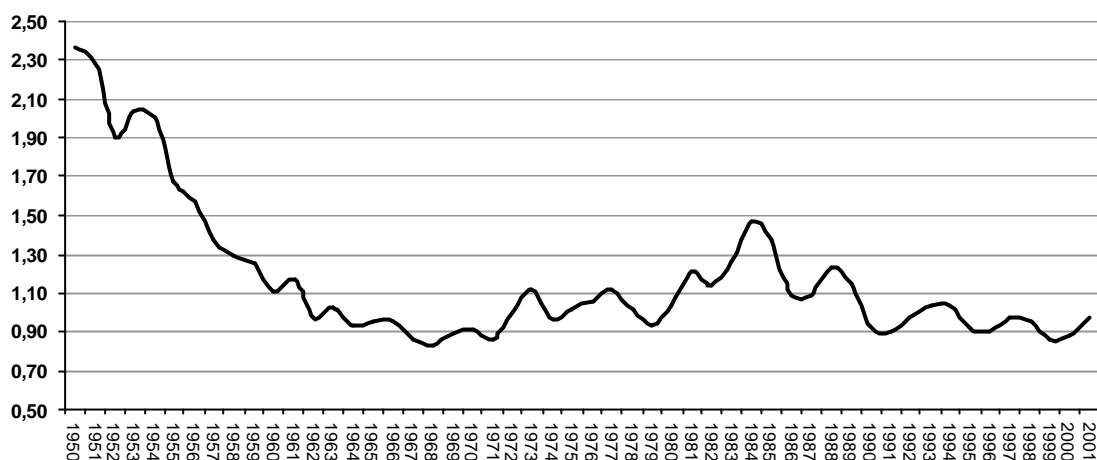
Os países em desenvolvimento aumentaram a sua participação no total das exportações mundiais nos anos oitenta e noventa. No entanto, o mesmo não vale, necessariamente para a economia brasileira. Entre 1980 e 1998, as exportações brasileiras cresceram 5,3% ao ano em média, enquanto as exportações mundiais apresentaram uma taxa de crescimento de 8,4%, e os países em desenvolvimento, 11,3% ao ano.

Isso implicou uma decrescente participação do Brasil nas exportações totais mundiais, que reduziu de 1,04% em 1980 para 0,95% em 1998. No período do ajuste externo promovido entre 1982 e 1985, a participação média do Brasil nas exportações mundiais elevou-se para 1,31% ante uma média histórica de 1,17%, no período 1950 - 2001. Já ao longo dos anos noventa, a queda de participação é contínua. (Gráfico 1.3)

Gráfico 1.3. Participação das exportações brasileiras nas exportações totais mundiais. (%). 1950 -2001.

¹³ Na última seção deste artigo retomaremos a discussão procurando avaliar os impactos da mudança da política cambial a partir de 1999 e a destinação dos investimentos.

¹⁴ O Estado de São Paulo mantém sua participação relativa no estoque de IDE com nada menos do que 66% do total em fins de 1995 e fins de 2000. O Rio de Janeiro vem em segundo lugar, mas com participação bem mais modesta do que a economia paulista de 14%. O Estado do Rio Grande do Sul e de Pernambuco mostram aumentos na sua posição relativa, ao passo que Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais e Pará, apresentam queda na detenção relativa dos estoques de IDE.



Fonte: Elaboração própria, com dados da SECEX.

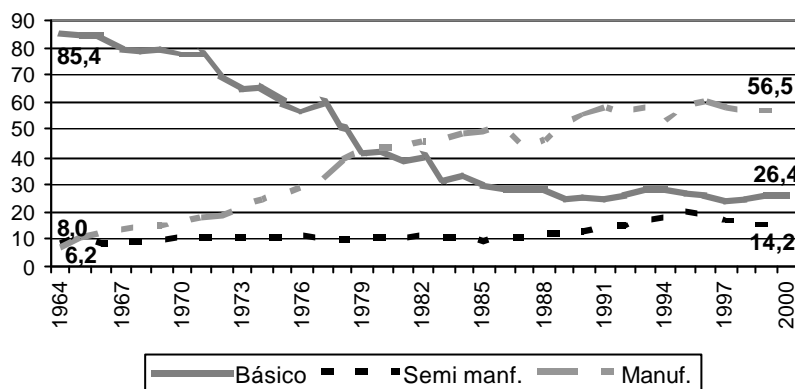
A pauta de exportações brasileiras começou a alterar-se em meados dos anos sessenta, em virtude do esforço de diversificação das exportações e consolidou-se especialmente após a maturação dos investimentos realizados no âmbito do segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), no início da década de oitenta.

Os bens industrializados - manufaturados e semi manufaturados- ampliaram significativamente sua participação na pauta de exportações brasileiras ao longo dos anos sessenta e especialmente entre 1978 e 1982.

Assim, em consonância com o movimento geral dos países em desenvolvimento, o Brasil ampliou a participação dos bens industrializados em sua pauta de exportações. No entanto, após 1986, o país não conseguiria avançar nesse processo de intensificação dos bens industrializados na sua pauta de exportações. Em especial, verifica-se que, desde o início da década de noventa, a parcela dos produtos básicos na pauta está estacionada em um quarto do total.

Esses produtos são muito suscetíveis a variações em seus preços internacionais o que resulta em variações expressivas nos termos de troca da economia brasileira frente ao mercado internacional (Gráfico 1.4.)

Gráfico 1.4. Pauta de exportações brasileiras segundo fator agregado. (%). 1964 - 2001



Fonte: Elaboração própria, com dados da SECEX.

Na questão da pauta exportada, assim como as condições para o desenvolvimento local e substituição de importações, o aspecto tecnológico é de relevância. A capacitação das empresas locais, o papel do Estado e das universidades e centros de pesquisa exercem um papel fundamental nesse sentido.

A exemplo do que ocorre em muitos países bem sucedidos na questão, há uma articulação no sentido dos sistemas nacionais de inovação que visam fomentar e consolidar a atuação desde a pesquisa básica nas universidades e centros de pesquisa até a geração de inovações, que, em última instância serão determinantes na capacidade competitiva dos produtos e serviços exportados.

No Brasil, as evidências apontam para algumas iniciativas em todos esses campos, mas ainda de forma pouco articulada e sistematizada. No âmbito do governo, as políticas adotadas têm se dado de forma errática e desarticulada. No âmbito das empresas, também tem sido observada uma baixa predisposição para investimentos voltados para a inovação tecnológica, muito em função de fatores culturais, mas também pela incipiência do mercado de capitais, que poderia ser uma alternativa mais efetiva de financiamento das iniciativas, e ainda a ausência de instrumentos eficazes de fomento.¹⁵

Nas próximas duas seções será analisada a participação das empresas transnacionais no comércio exterior brasileiro, assim como essas influenciam, a partir das suas estratégias, o padrão das exportações e das importações. A exemplo do que ocorre

¹⁵ No que se refere a esta questão no Brasil, ver principalmente Matesco (1999) e Matesco & Hasenclever (2000)

internacionalmente as relações intrafirma ganharam dimensão no processo, de forma que as decisões empresariais tendem a afetar significativamente os padrões de comércio.

1.5. A participação das empresas transnacionais no comércio exterior brasileiro

Esta seção analisa a participação e o papel das empresas transnacionais no comércio exterior brasileiro, assim como sua influência no padrão de comércio. A partir do delineamento desenvolvido anteriormente, tanto no que se refere a este assunto no âmbito internacional, quanto às características dos fluxos de investimentos e comércio na economia brasileira das últimas duas décadas, o enfoque será no detalhamento dos vínculos entre investimento e comércio.

O padrão e a dinâmica do comércio exterior brasileiro são fortemente influenciados pelas estratégias das empresas transnacionais, em especial do seu comércio intrafirma. Uma comparação do desempenho comercial externo das empresas transnacionais em operação no Brasil permite uma avaliação da evolução e desenvolvimento das características do comércio exterior dessas empresas.

Assim como tem ocorrido internacionalmente, o ingresso de investimentos diretos estrangeiros provoca uma reestruturação produtiva nas economias, alterando, entre outros aspectos, o seu padrão de comércio. No Brasil, que sempre teve um significativo grau de participação das transnacionais na sua estrutura produtiva, esse efeito se torna mais intenso ao longo da década de 1990, não só devido ao forte ingresso de novos investimentos diretos estrangeiros, mas também porque, na fase da globalização, há uma mudança na forma com que as grandes corporações organizam a sua produção internacionalmente.

As empresas transnacionais passaram a deter fatia considerável das exportações e importações do País, com reflexos diretos na dinâmica do comércio exterior. As decisões de localização e de atendimento aos mercados internacionais se subordinam, a partir de então, ao planejamento estratégico dessas grandes corporações.

1.5.1. Exportações das empresas transnacionais instaladas no Brasil

No período compreendido entre 1995 e 2000, enquanto as exportações totais do Brasil cresceram 18,4%, as exportações das empresas com participação estrangeira aumentaram 53%. Enquanto, em 1995, as empresas pesquisadas no Censo do Capital Estrangeiro eram responsáveis por US\$ 21,7 bilhões de exportações no ano, o equivalente

a 46,8% das exportações totais, em 2000 as exportações cresceram para US\$ 33,2 bilhões em 2000, o equivalente 60,4% das exportações totais brasileiras. Assim, a participação das empresas transnacionais, no total das exportações brasileiras cresceu 29% no período.

Já as exportações intrafirma aumentaram, no mesmo período, de US\$ 9 bilhões para US\$ 21 bilhões, tendo a sua participação relativa no total se ampliado de 41,7% para 63,3% do total. Praticamente a íntegra do acréscimo ocorrido nas exportações das empresas do censo, no período 1995 – 2000 é devido à modalidade intrafirma que gerou uma receita adicional exportadora de US\$ 11,9 bilhões, desempenho esse superior ao acréscimo verificado nas exportações totais brasileiras no período, de US\$ 8,6 bilhões.

Esse desempenho de comércio exterior das filiais das empresas transnacionais é devido não só à tendência de maior de inserção externa dessas empresas, mas também no que se refere às suas estratégias de localização da produção, o que impulsiona o comércio de partes, componentes, produtos e serviços.

Como o critério adotado para a classificação das empresas no censo inclui as empresas com participação estrangeira superiores a 10%, isso também inclui grandes empresas brasileiras que possuem participação estrangeira superiores a esse montante.

Os dados, no entanto, permitem classificar o desempenho das empresas controladas por não-residentes. Por esse critério, as exportações atingiram US\$ 22,7 bilhões em 2000, o equivalente a 68% do total das exportações das empresas, o que denota, portanto, um desempenho exportador maior dessa modalidade de empresa, confirmando a tendência verificada internacionalmente. A análise da propensão a exportar e importar das empresas com participação estrangeira em operação no Brasil é um importante fator para o diagnóstico de problemas e elaboração de estratégias de políticas públicas. A questão chave é não só atentar para o mapeamento dessa situação atual e em passado recente, mas, também e principalmente daí derivar tendências futuras e seus impactos, na geração de valor agregado local, criação de empregos e no Balanço de Pagamentos.

Uma análise da propensão a exportar, considerando a relação entre exportações e Receita Operacional Líquida das empresas pesquisadas, indica que ela cresceu de 11,5% para 15,4% no período 1995-2000, sendo ela maior nas empresas com participação estrangeira minoritária no capital em ambos os períodos.

Dentre as empresas com participação minoritária estrangeira, as do setor primário denotam maior propensão a exportar do que as empresas que atuam nos outros setores da economia, ainda que o aumento da participação das vendas externas na Receita Operacional Líquida (ROL) cresça em todos os setores.

Já nas empresas com participação estrangeira majoritária no capital, as do setor primário, embora decrescente no período analisado, mantêm a maior propensão a exportar do que o total, 25% em 2000..

Uma outra questão relevante é como o comércio intrafirma se comporta, segundo os setores de atividade econômica. Nota-se que, considerando a participação das exportações intrafirma no total das exportações realizadas pelas empresas, ela aumenta de 41,7% em 1995 para 52,8% em 2000 em todos os setores de atividades econômica e no total das operações de exportações das empresas pesquisadas.

A indústria de transformação é o setor que, tanto em 1995 (44,6%) quanto em 2000 (64,8%), apresenta maior profundidade do comércio intra-firma. No interior da indústria verifica-se que 9 dos 14 sub-setores selecionados têm exportações dirigidas para coligadas e/ou controladas superiores à média do setor secundário.

1.5.2. Importações das empresas transnacionais instaladas no Brasil

A mesma reflexão dos dados referentes às importações e seu padrão, permite algumas análises relevantes. As importações totais brasileiras aumentaram 12% de 1995 para 2000, enquanto as importações das empresas com participação estrangeira, cresceu 63% no período. Assim como ocorrido com a evolução das exportações, as empresas com participação estrangeira majoritária aumentaram suas importações em taxas acima do total brasileiro e do total das empresas analisadas nos Censos.

Em 1995, as empresas pesquisadoras no Censo importaram US\$ 19,4 bilhões, o equivalente a 38,8% do total. Já em 2000, essas exportações atingiram US\$ 31,5 bilhões, representando 56,6% do total exportado pelo país – um aumento de 46% na participação das empresas no total, no período analisado.

Também a exemplo do que ocorre com as exportações, as transações intra-firma também mostram papel importante na expansão das importações, com crescimento de 114% entre 1995 e 2000. No que se refere às importações intrafirma, essas cresceram de

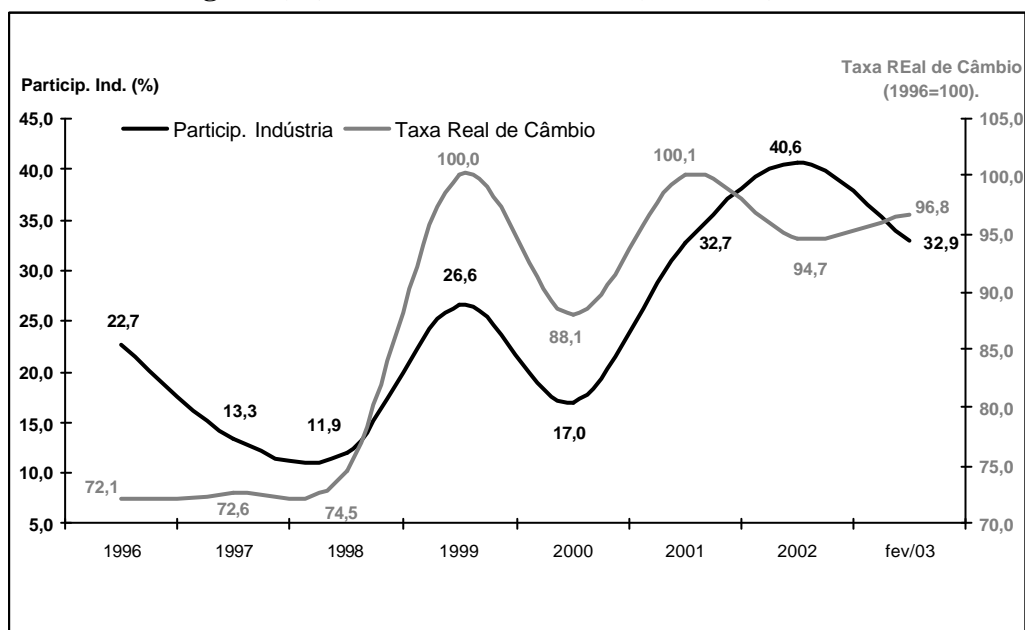
US\$ 8,5 bilhões (44,0% do total) em 1995 para US\$ 18,2 bilhões (57,8% do total), em 2000.

1.6. As mudanças decorrentes do novo regime cambial, a partir de 1999

Os impactos do novo regime cambial, adotado a partir do início de 1999, se fazem sentir no direcionamento dos ingressos de investimento direto estrangeiro. Estes que primordialmente se dirigiam aos setores *non tradeable* durante a fase de valorização da taxa de câmbio (1994-1998) passaram a direcionar-se mais intensamente para a indústria.

Enquanto o total de investimentos diretos estrangeiros dirigidos ao setor industrial permaneceram reduzidos, especialmente entre 1996 e 1998, quando representaram respectivamente 22,7%, 13,3% e 11,9% do total, a partir da mudança do regime cambial ampliaram a sua participação para 26,6% em 1999, 17% em 2000, 32,8% em 2001 e 40,6% em 2002. (Gráfico 1.5.)

Gráfico 1.5. Participação relativa da indústria nos fluxos de investimento direto estrangeiro (%) e taxa real de câmbio. (1999=100). 1996-Fev-/2003



Fonte: Elaboração própria com dados IPEADATA, Banco Central do Brasil e Sobeet¹⁶

¹⁶ A taxa de câmbio real tomada é resultante do produto entre a taxa nominal de câmbio e a razão entre o índice de preços ao consumidor externo, ponderado pelo peso dos 15 principais parceiros comerciais na pauta de exportações de manufaturas, e o INPC. Base 1995=100

Da mesma forma, uma análise da distribuição interindustrial dos ingressos de investimento direto estrangeiro denota um maior direcionamento para sub-setores de maior vocação exportadora. Considerando-se os seis setores selecionados mais dinâmicos nas exportações de manufaturados brasileiros, a saber alimentos, químicos, veículos e auto-peças, metalúrgicos, minerais não metálicos e eletroeletrônicos que juntos representaram 40% das exportações industriais brasileira.

Embora se deva considerar que o aumento da participação relativa da indústria no total dos ingressos de investimentos diretos estrangeiros é distorcida pelo efeito da privatização ocorrida principalmente ao longo do período 1995-1998, o que poderia distorcer a conclusão de um aumento da propensão desses investimentos para o setor industrial, um levantamento dos fluxos em valores absolutos confirma a hipótese.

Os fluxos anuais dos investimentos diretos estrangeiros destinados à indústria no período 1999-2002, pós- mudança do regime cambial, é significativamente superior aos fluxos do período 1996-1998, em que prevaleceu a política de câmbio artificialmente valorizado. (Tabela 1.7)

Tabela 1.7. Fluxos anuais de investimento direto estrangeiro para a Indústria (US\$ milhões) e % sobre o total dos ingressos de IDE no país – 1996-2002

Ano	Indústria	% Total
1996	1.740,0	22,7%
1997	2.036,4	13,3%
1998	2.766,4	11,9%
1999	7.002,3	25,4%
2000	5.087,4	17,0%
2001	6.933,0	32,7%
2002	7.617,0	40,6%

Fonte: Elaboração própria com dados do Banco Central do Brasil e Sobeet

Portanto, as evidências apontam para uma mudança importante no direcionamento dos investimentos diretos estrangeiros no mercado brasileiro, com maior participação no setor industrial, especialmente naqueles setores cuja propensão a importar e exportar são significativas. Esses resultados deverão se fazer sentir em um futuro próximo, na medida

em que os projetos ganhem maturação e passem a gerar divisas, com a ampliação tanto da substituição das importações quanto da elevação das exportações.

Apesar dessas evidências positivas, é preciso destacar que esse ajuste vem ocorrendo com um baixo ritmo de crescimento econômico, o que desestimula a demanda por importações e impulsiona as vendas externas. Ou seja, há uma mudança importante, mas, o desafio que se apresenta para o futuro da economia brasileira é diminuir o déficit externo e, ao mesmo tempo, atingir um nível de crescimento econômico sustentado.

Conclusões

Assim, embora a questão cambial seja determinante para uma política de incentivo à geração de valor agregado local e de exportações, ela, por si só, não é suficiente para fazer frente aos enormes desafios impostos, não só pelas necessidades de crescimento do País, mas da nova realidade decorrente da mudança significativa observada na estrutura industrial brasileira com o aumento significativo do grau de desnacionalização das empresas e aumento do coeficiente importador.

É preciso criar instrumentos para fazer dessa reestruturação uma aliada nos objetivos de diminuição da vulnerabilidade externa, ampliação do crescimento econômico e na geração de renda e emprego. As evidências denotam que há alternativas, desde que se utilize os instrumentos adequados para interferir no processo.

Um segundo elemento consensual é no que se refere ao padrão de comércio, já tratada em estudos anteriores, a propensão a importar dessas empresas é maior do que a propensão a exportar.¹⁷

Portanto, a partir dessas constatações, uma questão a ser analisada é quanto aos impactos da desvalorização e da nova política cambial adotada a partir de 1999. Ou seja, até que ponto a política cambial poderia estimular as empresas aqui instaladas a aumentarem as suas exportações, ou ainda no que se refere a atratividade de novos investimentos diretos estrangeiros voltados para esse fim.

Uma análise dos fluxos de ingressos de investimentos diretos estrangeiros no período 1999-2002 parece confirmar a hipótese de que uma taxa de câmbio mais favorável tende a estimular investimentos mais voltados para atividades industriais com grande inserção no mercado exterior.

¹⁷ Ver, principalmente Negri, (2003) e Hiratuka (2002).

Isso evidentemente, não se reflete igualmente no que se refere às importações. Primeiramente porque também atividades de substituição de importações ou, muitas vezes, de exportações demandam num primeiro momento o aumento de importações de bens de capital. A questão é que a política de cambio flutuante adotada em 1999 e que permanece durante o período analisado ainda não permite concluir definitivamente os seus resultados.

Um outro aspecto relevante é quanto aos fatores de competitividade sistêmica. A abertura da economia brasileira não foi compatibilizada com uma melhora do ambiente, especialmente no que se refere ao nível elevado das taxas de juros, tributação em cascata e outros fatores que interferem na competitividade como as carências nas áreas de infraestrutura e logística.

Poderia se argumentar que essas deficiências tendem a ser compensadas pela taxa de câmbio. Mas, nesse caso, o relevante é a taxa de cambio real, ou seja, a taxa de cambio nominal descontada a inflação. Um câmbio nominalmente desvalorizado pode não ser garantia de compensação de deficiências competitivas porque a expectativa de taxa de câmbio real por parte dos agentes é declinante.

O terceiro ponto é quanto à passividade das políticas de desenvolvimento. No período analisado não houve uma clara concepção e implementação de um arcabouço de políticas para incentivar as ações de maneira a alavancar as exportações, promover a substituição das importações e incentivar a geração de valor agregado local.

O fato é que prevaleceu uma visão parcial quanto ao papel do Estado como indutor do processo, ou ainda, houve muita descontinuidade na aplicação de políticas. Em contrapartida, especialmente nos setores altamente dinâmicos no mercado internacional prevalece uma verdadeira guerra fiscal de incentivos e subsídios entre países em desenvolvimento interessados em atrair para os seus territórios plantas industriais de alta tecnologia.

No caso brasileiro, nota-se ainda outros fatores estruturais que explicam a baixa propensão a exportar das empresas em geral, relativamente a outros países em desenvolvimento, notadamente no caso dos leste-asiáticos:

- a existência de um amplo mercado interno, o que, por si só, justifica instalação de plantas locais. Na maioria dos segmentos industriais importantes, o mercado brasileiro está entre os dez maiores do mundo;
- agregue-se ao fator volume, a amplitude e extensão geográfica do País, o que também, por si só, já representa um desafio para a empresa que pretenda se estabelecer no mercado. Isso vale, não só para localização industrial regional, mas para as estratégias de distribuição, *marketing* e canais de venda, considerando as diferentes especificidades geográficas, culturais e de renda.

Bibliografia

- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Diretoria de Política Econômica. Departamento Econômico. *Nota para a imprensa*. Diversos números.
- _____. (1998), *Censo de Capitais Estrangeiros no Brasil. Ano-Base 1995*, Brasília, Banco Central do Brasil.
- _____. (2002), *Censo de Capitais Estrangeiros no Brasil. Ano-Base 2000*, Brasília, Banco Central do Brasil.
- BANCO MUNDIAL (2001), *Barreiras Jurídicas, Administrativas e Políticas aos Investimentos no Brasil*. Volume I: O quadro dominante das leis e das políticas e o papel da promoção dos investimentos. Serviço de Assessoramento sobre Investimentos Estrangeiros. Banco Mundial+
- BAUMANN, R. (org.). (1996) *O Brasil e a Economia Global*. Rio de Janeiro, Campus, Sobeet.
- BELUZZO, L. G. & ALMEIDA, J. G. *Economia Brasileira: da crise da dívida aos impasses do Real*. Mimeo. s/d.
- BIELSCHOWSKY, R. (1992) “Transnational corporations and the manufacturing sector in Brazil, High-level symposium on the contribution of transnational corporations to growth and development”. In: *Latin America and the Caribbean*. Santiago, ECLAT.
- BNDES (2002). *Resultados do Programa Nacional de Desestatização*. www.bndes.gov.br/privatizacao/resultados/foreign.asp, (acessado em 5.10.2002)
- CANUTO, O. (1994) *Brasil e Coréia do Sul, os (des)caminhos da industrialização tardia*. São Paulo, Nobel.
- CEPAL (2000). *La inversión extranjera en América Latina e Caribe 2000*. Santiago: Cepal/Nações Unidas.
- CHESNAIS, F. (1995) “A globalização e o curso do capitalismo de Fim-de-século”. In: *Economia e Sociedade*. Campinas, UNICAMP, n. 5.
- DUNNING, J. (1994) *Multinational Enterprises and the Global Economy*, Reading, Addison Wesley
- EICHENGREEN, B. (2000), *A Globalização do Capital: Uma História do Sistema Monetário Internacional*, São Paulo, Editora 34.

- EDITORA ABRIL (2002). *Revista Exame - Melhores e Maiores 2002*. São Paulo. Editora Abril
- FERRARI, L. (2002) Operações intrafirmas tiram eficácia de acordos tarifários. In: *Gazeta Mercantil*, 02 de outubro de 2002, p. A4
- FRITSCH, W. & FRANCO, G.. *Foreign direct investment in Brazil: its impact on industrial restructuring*. Paris: Development Centre, OECD, 1991.
- FUNCEX. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*. Rio de Janeiro, Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior. Vários números.
- GONÇALVES, R. (1984) “A internacionalização da produção: uma teoria geral?”. In: *Revista de Economia Política*, Vol. 4,n.1 (13), janeiro-março/ 1984.
- _____(1994) *Ô abre-alas. A Nova Inserção do Brasil na Economia Mundial*. Rio de Janeiro, Editora. Relume-Dumará.
- _____(1999) *Globalização e Desnacionalização*. Rio de Janeiro. Paz e Terra
- _____(2000), *O Brasil e o Comércio Internacional. Transformações e Perspectivas*. São Paulo, Editora Contexto.
- HIRATUKA, C. (2002) Empresas Transnacionais e Comércio Exterior: uma análise das estratégias das filiais brasileiras no contexto da abertura econômica. Tese de doutoramento. Instituto de Economia – UNICAMP, 2002.
- HYMER, S. (1960), *The international operations of national firms*, Cambridge, Mass., The MIT Press.
- ____ e ROWTHORN, R. (1970), “*Multinational corporations and international oligopoly: the non-american challenge*”, in Kindleberger C.P. (ed), *The International Corporation: A Symposium*, Cambridge, Mass., The MIT Press.
- LACERDA, A. C. de (1998). *O Impacto da Globalização na Economia Brasileira*. São Paulo. Editora Contexto.
- _____(org),(2000). *Desnacionalização: riscos, mitos e desafios*. São Paulo, Editora Contexto
- _____(2000a). "Notas sobre a característica e o perfil do ciclo recente de investimentos diretos estrangeiros no Brasil". In: VEIGA, P. M., *O Brasil e os desafios da Globalização*. Rio de Janeiro. Relume Dumará/SOBEET
- _____(2001) *O Brasil na Contramão? Reflexões sobre Plano Real, Globalização e Política Econômica*. São Paulo. Saraiva.
- _____(2001a) O impacto dos investimentos diretos estrangeiros na economia brasileira. In: REIS VELLOSO, J. P. (org.) *Como vão o Desenvolvimento e a Democracia no Brasil ? Fórum Nacional*. Rio de Janeiro, José Olympio Editora.
- _____(2002), Políticas de atração de investimentos diretos estrangeiros para a economia brasileira. In: A. D. Leite e J.P.Reis Velloso (org) *O Novo Governo e os Desafios do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- ____et al (2000b). *Economia Brasileira*. São Paulo. Editora Saraiva.
- LALL, S. (1998) “Exports of manufacture by developing countries: emerging patterns of trade and location”. In *Oxford Review of Economic Policy*, vol. 11, n. 2
- _____(2000). “Export performance, technological upgrading and FDI strategies in the Asian NIEs, whit special reference to Singapore”. CEPAL, *Série Desarrollo Productivo*, n. 88.

- LAPLANE, M.F. e SARTI, F. (1999), "Investimento Direto Estrangeiro e o Impacto na Balança Comercial nos anos 90", *Texto para Discussão* 629. IPEA, Brasília, fevereiro de 1999.
- LEITE, A. D. & REIS VELLOSO, J. P. (2002) *O novo governo e os desafios do desenvolvimento*. Rio de Janeiro, José Olympio Editora
- MATESCO, V.R. & HASENCLEVER, L. (2000) As empresas transnacionais e o seu papel na competitividade industrial e dos países: o caso do Brasil. In: MOTTA VEIGA, P. (2000) Op. Cit.
- _____ (1999) (coord.) *O comportamento tecnológico das empresas transnacionais em operação no Brasil*. Relatório Final. São Paulo, Sobeet.
- MORTIMORE, M. (2000). "Corporate strategies for FDI in the context of the new economic model". In *World Development*, Vol. 28, n.9.
- MORTIMORE, M., VERGARA, S. e KATZ, J. (2001). "La competitividade internacional y el desarrollo nacional: implicancias para la política de Inversión Extranjera Directa (IED) en América Latina". CEPAL, *Série Desarrollo Productivo*, n. 107.
- NEGRI, F. de (2003) *Desempenho comercial das empresas estrangeiras no Brasil na década de 90*. Tese de mestrado apresentada ao IE/Unicamp.
- SOBEET (2003). "Novas evidencias sobre o IDE no Brasil". *Carta da Sobeet*, Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e Globalização Econômica Ano V, n. 24, Jan.-Fev. de 2003.
- UNCTAD (2001), *World Investment Report: Promoting Linkages*. Genebra
- _____ (2000) *World Investment Report: Cross-border Mergers and Acquisitions and Development*. Genebra
- _____ (2002a) *Trade and Development Report*. Nações Unidas, Nova York
- ZOCKUN, M.H. (1999). *Brasil - O Investimento Direto Estrangeiro nos Anos 90*, São Paulo, FIPE/USP